

Editora O Estado do Paraná S.A. CNPJ: 76.568.708/0001-05

Demonstrações financeiras referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2019		2018	
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	266	359		
Contas a receber de clientes	5	981	944		
Demais contas a receber		245	162		
Total do ativo circulante		1.492	1.465		
Não circulante					
Tributos a recuperar	6	73	172		
Depósitos judiciais	12	679	657		
Investimentos		7	-		
Imobilizado	7	269	265		
Intangível	8	10	18		
Total do ativo não circulante		1.038	1.112		
Total do Ativo		2.530	2.577		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	2019		2018	
Lucro (prejuízo) do exercício			(2.737)		(912)
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações			24		42
Baixa de Investimento			-		26
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	44			(38)
Reversão da provisão para contingências	11	(193)			(478)
Atualizações de depósitos judiciais e contingências			(25)		(17)
(Aumento) redução dos ativos			(2.887)		(1.377)
Contas a receber			5		370
Tributos a recuperar	6		99		88
Outros ativos			(83)		112
			(65)		570
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores			10		(12)
Obrigações sociais e trabalhistas	10		(64)		127
Obrigações tributárias			11		(33)
Outros passivos			69		(9)
			26		73
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais			(2.926)		(734)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

RECEITAS	Nota explicativa	2019		2018	
RECEITAS	13	4.793	6.028		
Custo dos serviços prestados		(5.149)	(4.783)		
LUCRO BRUTO	14	(356)	1.245		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	14	(736)	(1.082)		
Gerais e administrativas	14	(1.770)	(1.378)		
Outras receitas operacionais líquidas	15	115	277		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.747)	(938)		
Receitas Financeiras	16.a	59	68		
Despesas financeiras	16.b	(49)	(42)		
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.737)	(912)		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.737)	(912)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	Capital social	Reservas lucros/capital	Resultados acumulados	Total
Transferência AFAC p/ Capital Social	7.065	-	-	7.065
Absorção Prejuízos acumulados	(7.959)	(623)	8.582	-
Prejuízo do exercício	-	-	(912)	(912)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	265	-	(912)	(647)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.737)	(2.737)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	265	-	(3.649)	(3.384)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para exercício findo em 31 de dezembro 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
 A Companhia, com sede em Curitiba - PR, foi constituída em 29 de setembro de 1966, tendo como objetivo explorar a atividade jornalística, por meio da captação, edição, impressão e distribuição de notícias e informações, e a comercialização de espaço publicitário em jornais impressos e no meio digital (internet).
 Atua integradamente com empresas congêneres, no âmbito do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.
 O GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, sendo o sócio majoritário da Companhia, garante a continuidade do negócio, respaldando suas operações. Essa sustentação vem através do aval dos sócios e dos demais negócios do grupo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de preparação
 As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Conversão de moeda estrangeira
Moeda funcional e moeda de apresentação
 Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros
Ativos financeiros não derivativos
 A Companhia reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
 Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
 Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis
 Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
 Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

Passivos financeiros
 A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.
 Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.
 A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: débitos com partes relacionadas, fornecedores, e outras contas a pagar.
 Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido
 Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.
Instrumentos de patrimônio líquido
 Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Instrumentos compostos
 Os componentes de um instrumento composto, se houver, são segregados e classificados separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual. Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado usando-se a taxa de juros predominante de mercado para um instrumento não conversível similar. Este montante é registrado como um passivo com base no custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos até que seja extinto através de conversão ou de vencimento do instrumento. O componente de patrimônio líquido é determinado pela dedução do montante do componente passivo do valor justo do instrumento composto como um todo, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, descontados os efeitos tributários, não sendo remensurado subsequentemente.

2.5. Ativos financeiros
 a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.
 b) Contas a receber de clientes
 As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros
 Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

2.6. Estoques
 Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o preço médio de aquisição.
 As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Imobilizado
 É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável.
 A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
 Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.8. Intangível
 Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.
 Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
 A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.9. Passivos circulantes e não circulantes
 Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
 A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.
 Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
 A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11. Provisões
 Uma provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis ou de outra natureza é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma presente ou não formalizada *"constructive obligation"* como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são constituídas para perdas consideradas prováveis pela Companhia e por seus assessores legais, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras segundo a administração da Companhia.
 As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12. Benefícios a empregados
 A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o plano de participação nos lucros para os funcionários, o qual está baseado em metas globais e individuais.

2.13. Empréstimos
 Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da

transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14. Reconhecimento da receita
 a) Receitas de serviços prestados e dos produtos vendidos
 As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
 A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade e quando critérios específicos estiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrito a seguir:
 (i) Receita proveniente de publicidade e classificadas é reconhecida quando ocorre a publicação.
 (ii) Receita proveniente da venda de jornais em bancas (vendas avulsas) é reconhecida quando os jornais são vendidos e entregues ao cliente.
 (iii) As permutas de veiculação de anúncios por serviços ou produtos tem seu valor de receita e despesas reconhecidas a valor de mercado.

b) Receitas financeiras
 A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
 A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
 O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os métodos e define premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
 b) Vida útil do ativo imobilizado
 A Companhia revisa periodicamente a vida útil do seu ativo imobilizado. Esta revisão depende de análises técnicas, sobre o estado dos bens, obsolescência e padrão de uso, as quais estão sujeitas a julgamento. A Companhia utiliza profissionais do seu quadro de funcionários com conhecimento técnico considerado suficiente para fazer estas análises e determinar a vida útil mais adequada.

2.16. Pronunciamentos Contábeis e Interpretações Emitidas Recentemente e Ainda Não Aplicadas pela Companhia
 As seguintes novas normas foram emitidas pela IASB e não haviam entrado em vigor até a data das demonstrações financeiras:
 Quanto aos IFRS 16, IFRS 9 e IFRS 15 à administração da sociedade avaliou e os mesmos não terão efeitos nos saldos divulgados.

3. Gestão de riscos financeiros de capital
3.1 Gestão de riscos financeiros
 A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela alta administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de crédito
 O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.
 O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de rating pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e seguros.

b) Risco de liquidez
 A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.
 Em razão da Companhia não ter condições de isolamento gerar caixa para a manutenção atual de suas atividades, o acionista irá aportar recursos e apoiar financeiramente a Sociedade garantindo assim a viabilidade dos investimentos necessários para o período inicial das operações.
 O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

c) Risco com taxa de cambio
 A Sociedade não está exposta a riscos de taxa de cambio.
 d) Análise de sensibilidade
 (i) Taxa de cambio - a Sociedade não está exposta a riscos de variações de taxa de cambio.
 (ii) Juros - a Sociedade não está exposta a riscos de variações a taxa de juros.

3.2 Gestão de capital
 Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
 Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
 A Companhia gerencia seus recursos comparando periodicamente suas obrigações futuras frente seu saldo de caixa e equivalentes e suas perspectivas de receitas, monitorando suas necessidades.

3.3 Estimativa de valor justo
 Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos, assim como os saldos de transações com partes relacionadas. O valor justo dos passivos financeiros tem valores muito similares aos valores atualmente contabilizados.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Bancos - contas-correntes	115	154
Aplicações Financeiras	151	205
	266	359

5. Contas a receber de clientes	2019	2018
Publicidade	800	655